

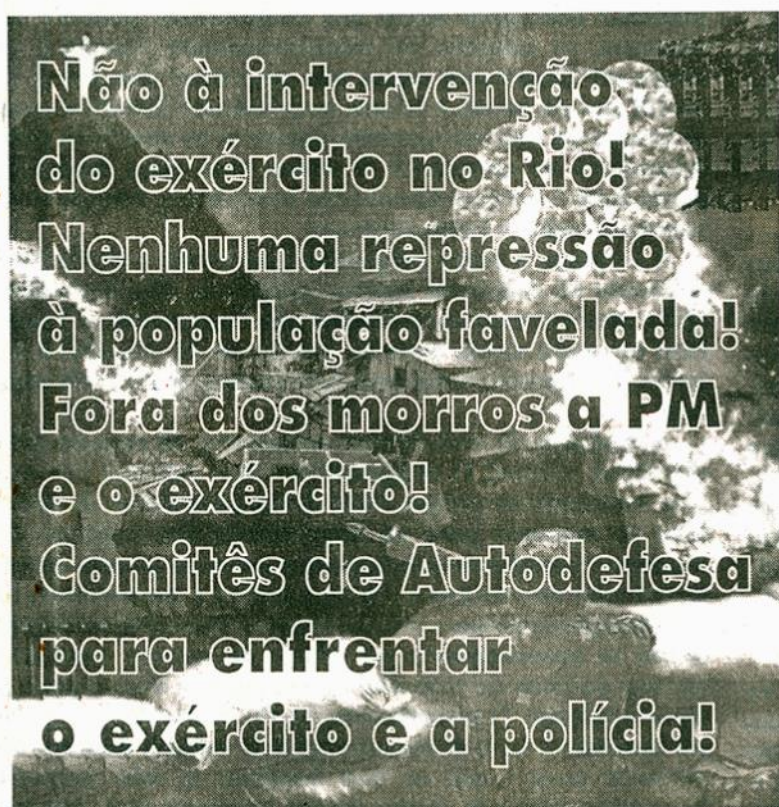


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VI - Nº 79 - 2ª QUINZENA DE NOVEMBRO DE 1994 - SOLIDÁRIO: R\$ 0,70 - NORMAL - R\$ 0,35

Contra o aumento da miséria e a opressão militar e policial, Luta nacional de massas, por uma plataforma de reivindicações dos trabalhadores:



1. Por um salário mínimo real de 750 reais
2. Reposição de todas as perdas passadas
3. Não ao congelamento dos salários e pela escala móvel de reajuste
4. Emprego a todos através da escala móvel das horas de trabalho, a começar pela redução da jornada para 6 horas
5. Entrega das terras aos camponeses e confisco dos latifúndios sem indenização
6. Não à abertura antinacional e pró-imperialista, não às privatizações, não ao pagamento da dívida externa e pelo controle operário da produção
7. Moradia, saúde e educação para todos
8. Não à intervenção no Rio de Janeiro e à militarização do país
9. Pela expropriação dos grandes grupos econômicos e comerciais que esmagam a vida das massas

O vale-tudo do 2º turno arrasta o PT

Contra o Plano Real e a miséria dos trabalhadores

Defender uma plataforma de luta

A maioria oprimida deve tomar em suas mãos a solução

Nacional



A intervenção militar no Rio de Janeiro tem servido para mostrar como os governos não têm verdadeiras soluções para a situação de pobreza e miséria da maioria trabalhadora. A crescente expansão do narcotráfico e da marginalidade são conseqüências do capitalismo que apodrece. As centenas de favelas que tomaram conta do Rio de Janeiro, como também de todos centros urbanos do país, resultam da falta de milhões de empregos, do salário mínimo de fome e do subemprego. Sob o governo Collor, foram destruídos mais de 2 milhões de postos de trabalho. O que fez crescer "da noite para o dia" o exército de desempregados e subempregados, que atinge mais de vinte milhões de trabalhadores.

O camponeses, por sua vez, expulsos das terras chegam aos grandes centros e se tornam parte desse grande exército proletário desempregado. Ano a ano, a miséria vai se acumulando em gigantescas favelas. As massas empobrecidas, cujos filhos não podem ter outra vida, se tornam celeiro de todo tipo de marginalidade. O regime econômico de exploração do trabalho (o capitalismo) não lhes deixa outra forma de existência senão essa. Os milhões de desempregados não podem obter seu sustento empregando-se nas fábricas, cultivando as terras etc. Outros milhões de empregados recebem um salário de fome, que não compra sequer a cesta básica.

É claro que a marginalidade lhes é imposta como condição para se manterem vivos. O narcotráfico é uma expressão da exploração econômica capitalista. Os chamados cartéis do tráfico são constituídos por uma burguesia narcotraficante, enriquecida e ligada a banqueiros, governantes, militares etc. As massas são utilizadas como meio de trabalho por essa burguesia. Também sobre elas recaem a violência tanto da burguesia narcotraficante quanto do Estado, dirigido pela burguesia industrial, financeira, comercial, latifundiária. Os noticiários mostram regularmente as chacinhas nas favelas e bairros operários.

A tremenda crise social expressa a lei econômica de concentração de riquezas nas mãos de poucos burgueses. A intervenção militar não faz outra coisa senão agravar a violência sobre os explorados. Jamais será uma solução para o problema. Por outro lado, expõe a incapacidade do governo burguês em atacar o mal pela raiz, que é o desemprego, subemprego e o salário criminoso. A verdadeira saída terá de ser tomada

pela classe operária e pela maioria oprimida do país. Trata-se de organizar a luta direta de massa contra a exploração capitalista do trabalho e os exploradores do povo.

O Plano Real agrava e agravará a situação

Todo trabalhador deve se perguntar se o Plano Real vem para solucionar o problema da miséria das massas



ou não. Vai abrir milhões de emprego? Elevará o salário mínimo ao necessário da sobrevivência da família trabalhadora? Entregará terras aos camponeses pobres? Financiara os milhões de minifundiários? Abaixará os aluguéis? Construirá casas aos sem-teto? Resolverá os problemas da saúde e educação públicas? Transformará as favelas em bairros operários dignos de se viver? Ou tudo acontecerá ao contrário? O Plano vem para favorecer ainda mais o enriquecimento dos industriais, banqueiros, supermercados e latifundiários?

A resposta a essas perguntas nos revela o verdadeiro conteúdo da economia política burguesa. Não é possível obter uma só resposta favorável aos explorados. O Plano Real agravará ainda mais as condições de existência da maioria, enquanto a minoria exploradora se tornará mais rica.

A essência de sua diretriz econômica se resume nos seguintes pontos: 1) congelamento dos salários por um ano, enquanto os preços estão livres para subir; 2) abertura do mercado para as mercadorias estrangeiras; 3) aumento e ampliação dos impostos sobre os assalariados; 4) redução das verbas para os estados e municípios; 5) privatização total das estatais, como previa o Plano Collor; 6) fim da aposentadoria por tempo de serviço, para aumentar os anos de trabalho e prolongar o tempo para a aposentadoria; 7) privatização da Previdência, que pode ser parcial ou não; 8) manutenção do salário mínimo no patamar mais baixo de sua história; 9) não permitir reposições salariais, muito menos aumento real; 10) subordinar a moeda nacional (Real) ao dólar, hipotecando as reservas cambiais (40 bilhões de dólares) e propriedades nacionais; 11) Eliminar os direitos sociais, atacando o FGTS e outros tributos trabalhistas pagos pelas empresas.

O conjunto dessas medidas tem por objetivo: 1) eliminar o déficit público para sobrar moeda para o Estado continuar a pagar os bilhões da dívida interna e externa; 2) atender às exigências das potências imperialistas (Estados Unidos, Alemanha, Japão etc) de privatização e abertura de mercado; 3) manter a lucratividade dos poderosos grupos econômicos; 4) fortalecer a concentração monopolista dos meios de produção; 5) estabilizar a moeda corroída pela inflação, mesmo que provisória e artificialmente.

Citemos algumas conseqüências previsíveis: 1) o congelamento dos salários por um ano, já achatado por perdas, aumentará a carestia das massas; 2) a abertura do mercado provocará fechamento de fábricas e redução da capacidade produtiva interna, o que significa aumento do desemprego e subemprego; 3) as privatizações fortalecerão o monopólio do grande capital imperialista, o que quer dizer que se aumentará a subordinação da economia nacional aos ditames das potências em crise; 4) a agricultura continuará a serviço de um punhado de exportadores e latifundiários arcaicos, que continuarão a expulsar os camponeses das terras; 5) o desemprego e o salário mínimo continuarão a empurrar as famílias trabalhadoras para as favelas, que crescerão ainda mais.

Todos esses pontos do conteúdo, metas e conseqüências do Plano Real demonstram que o novo governo eleito, Fernando Henrique Cardoso, da Frente PSDB/PFL, não pode se colocar por uma política econômica "desenvolvimentista", que também seria do interesse dos capitalistas, porém menos catastróficas para as massas. Se o capitalismo não desenvolve em grande escala as forças produtivas, acaba por destruir parte delas. A economia política burguesa da época de crise histórica (estrutural) do capitalismo, que é mundial, se caracteriza por destruir e não por desenvolver as forças produtivas. Está aí porque aumenta violentamente o exército de desempregados. Não é por acaso que, um país de 150 milhões pessoas, apenas uns 15 milhões podem consumir fartamente. Cerca de 36 milhões sequer podem comer. E o restante sobrevive pobremente.

Um Plano que expropria salário, abre o mercado, privatiza etc não pode senão quebrar parte da economia em favor dos interesses do capital multinacional. O conteúdo político do Plano corresponde ao seu caráter antinacional e antipopular. O governo se colocará pela dura repressão aos movimentos de massa. A intervenção militar no Rio de Janeiro não visa apenas conter o narcotráfico. Através disso, o governo pretende militarizar o país em função da crise social e da esperada agudização da luta de classes. A implantação do Plano depende da luta de classes. O governo terá de impô-lo à força contra as massas.

Organizar a campanha nacional de luta para resistir à ofensiva capitalista do novo governo

As fábricas são o coração e o pulmão do capitalismo. É onde a crise se manifesta com toda intensidade. As demissões em massa e quebraadeiras são as conseqüências que recaem sobre o conjunto da população. Não se trata de desconsiderar a importância dos camponeses e

de setores da classe média urbana oprimidos, que também resistem aos ataques da burguesia. O proletariado deve uní-los em torno de si em uma só força para derrotar o Plano, ou seja, combater o entreguismo pró-imperialista, a quebra de forças produtivas, o desemprego e a favelização dos assalariados.

É preciso contrapor as reivindicações das massas à economia política do grande capital e pró-imperialista. O proletariado pode se contrapor com sua eco-

nomia política, cujo conteúdo é de defesa da vida das massas e de destruição do capitalismo através da revolução proletária. Através da luta contra a exploração e a miséria, a classe operária pode elaborar uma política econômica de transformação do capitalismo em socialismo através da revolução. É falso o argumento daqueles que dizem que não existe saída senão reformar o capitalismo. Enquanto esse regime econômico durar, descarregará sua crise sobre as massas.

Estamos bem de frente a um Plano que

esmaga os trabalhadores. Se a classe operária não se levanta contra ele, permitirá seu maior esmagamento. Para que isso não aconteça, é necessário unir as forças dos explorados num só movimento de massa. Está colocada a tarefa de organizarmos uma Campanha Nacional de Luta para defendermos uma plataforma de luta e pormos abaixo o Plano antinacional e antipopular. É por esse meio que reagiremos contra o Estado militarizar as favelas, aumentar a opressão sobre seus moradores a pretexto do narcotráfico e pisotear ainda mais a vida dos explorados.

As greves de setembro, outubro, novembro envolveram milhares de operários dos principais setores da produção. A burocracia sindical, comandada pelo PT-eleitoralista e pela Força Sindical de Medeiros, evitam a sua unificação e as quebram antes que se contrapusessem abertamente ao Plano. Está aí o obstáculo político para a campanha nacional de luta. A classe operária terá de se chocar com as direções traidoras, que submetem os sindicatos e a CUT ao Plano Real. Nesse sentido, a Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (POR) convoca todas as correntes que se dizem contra o Plano FHC e a vanguarda militante a trabalhar em frente única prática pela campanha nacional de luta para derrubar o Plano de fome. Organizemos as reuniões! Intervenhamos nas assembleias e movimentos! Façamos um verdadeiro movimento!



Nacional



Diante do aumento da miséria e da repressão policial à população, a TPOR defende

Por uma Plataforma de luta contra o Plano e a intervenção militar no Rio de Janeiro

Nacional

1. Por um salário mínimo real de 750 reais

Itamar, com a conivência de Vicentinho da CUT, anunciou a elevação do salário mínimo para 100 dólares, que equivalem a 84 reais. Isso é esmola. Exijamos 750 reais, que permitem uma família sobreviver.

2. Reposição de todas as perdas passadas

Não aceitemos que o governo, com seu Plano, passe uma borracha nas perdas inflacionárias. Que sejam feitas as reposições a todos os assalariados de acordo com os cálculos elaborados pelos sindicatos e aprovados nas assembléias.

3. Não ao congelamento dos salários e pela escala móvel de reajuste

Rechaçamos a lei salarial que congela por um ano os salários, enquanto os preços estão livres. Continuamos a perder com a inflação em real, que já chega aos 20%. O mecanismo da verdadeira proteção de salários é a escala móvel de reajuste, ou seja, reposição automática das perdas. Lutemos para quebrar a congelamento salarial.

4. Emprego a todos através da escala móvel das horas de trabalho, a começar pela redução da jornada para 6 horas

O capitalismo não assegura emprego a todos e ainda reduz os postos de trabalho, aumentando continuamente o exército de desempregados. A escala móvel das horas de trabalho significa dividir as horas nacionais de trabalho entre todos aqueles aptos para a produção, sem reduzir os salários. Através da redução da jornada de trabalho é possível combater o desemprego no capitalismo apodrecido.

5. Entrega das terras aos camponeses e confisco dos latifúndios sem indenização

A miséria das massas camponesas e sua expulsão do campo não poderão ser resolvidos sem atingir fundo a propriedade latifundiária. É parte do programa de luta a expropriação sem indenização das terras dos latifundiários e entrega aos camponeses.

6. Não à abertura antinacional e pró-imperialista, não às privatizações, não ao pagamento da dívida externa e pelo controle operário da produção

Essas reivindicações antiimperialistas são essenciais para as massas lutarem contra a burguesia entreguista e as potências opressoras. A defesa do controle operário da produção significa que a classe operária passe a comandar as fábricas de acordo com as necessidades da produção e de expansão econômica.

7. Moradia, saúde e educação para todos

Combatemos a privatização da saúde e educação. Exigimos o direito a todos de educação e saúde públicas, que obriga um plano bem determinado de verbas e o controle desses setores pela população organizada. Pela erradicação total do analfabetismo e dos semianalfabetismo. Que os aluguéis não ultrapassem 10% dos salários. Que se implante um plano de obras populares para resolver a falta de moradia e favelização, sob o controle das massas organizadas em assembléias e conselhos..

8. Não à intervenção no Rio de Janeiro e à militarização do país

Pelo direito das massas criarem milícias próprias (comitês de auto-defesa) contra os narcotraficantes e a política conivente. Solucionar os problemas acabando com a miséria.

9. Pela expropriação dos grandes grupos econômicos e comerciais que esmagam a vida das massas

Não poderá haver solução a favor dos explorados sem se quebrar o poder dos monopólios. Somente um governo revolucionário das massas poderá expropriar o grande capital. Trata-se da ditadura do proletariado, ou seja, do governo operário e camponês contraposto aos capitalistas nacionais e estrangeiros. Através da luta pelas reivindicações básicas amadureceremos as condições para a revolução proletária, emancipadora de todo o povo.

Companheiro operário, camponês, empregados, desempregados e estudantes oprimidos; devemos nos apoiar nesses pontos da economia política do proletariado contra o Plano e o intervencionismo militar sobre as favelas. Com estas bandeiras organizemos um amplo movimento unitário, independente e de luta de massa.

Às correntes de esquerda e aos ativistas classistas chamamos a combater a burocracia sindical divisionista e os reformista traidores, formando uma frente única de luta direta. Organizemos uma Campanha Nacional de Luta, ainda que nossas forças iniciais sejam pequenas, logo crescerão baseadas nas tendências instintivas de luta das massas, como demonstra a jornada grevista de setembro/novembro.



Crise do plano recai sobre assalariados

Os acordos salariais de petroleiros e metalúrgicos foram o primeiro golpe contra o congelamento dos salários do plano Real. Os metalúrgicos tiveram sua radicalização grevista abafada pela divisão imposta pela burocracia direitista com a chamada greve "andorinha", que só parava uma parte das fábricas por dia. Ainda assim, conseguiram um acordo que reajusta os salários acima do IPCr. O governo, na tentativa de evitar nova greve dos petroleiros, concedeu reajuste salarial de 20%, um aumento de 38% sobre o 13º salário e a suspensão dos processos que acusavam os grevistas de sabotagem.

O acordo com os petroleiros abriu nova crise no governo, porque a equipe econômica viu no acordo a quebra do congelamento dos salários e um precedente para futuras greves. O ministro do Trabalho afirmou que não assina o acordo e o governo já anunciou que renegociará tudo.

A crise se abriu porque o congelamento salarial é a principal base do plano econômico. Enquanto a equipe econômica estudava uma forma de ampliar o arrocho salarial com a eliminação do IPCr, que reajusta os salários nas datas-base, o governo quebrava com migalhas o congelamento com os petroleiros. Com o governo voltando atrás, a equipe econômica retoma as discussões de como acabar com o IPCr e arrochar mais ainda os salários.

Inflação cresce e aumenta o arrocho

A inflação medida semana a semana tem aumentado. Já se prevê uma inflação de 3,5% em novembro, e em crescimento. O item que mais tem puxado a inflação são os alimentos: 6,78%. Com os salários congelados, essa inflação é alta. Enquanto os capitalistas continuam reajustando preços para garantir seus lucros, os assalariados vão perdendo cada vez mais.

A luta do governo para acabar com a indexação da economia, adiantando a eliminação do IPCr, vem no sentido de arrochar os salários. O IPCr serve de parâmetro só para os salários, porque os preços têm subido bem acima do índice, especialmente aqueles que mais afetam o assalariado, a alimentação

e a moradia.

O ministro Ciro Gomes imaginou que seria possível conter minimamente os preços dos aluguéis com a suspensão da denúncia vazia por seis meses. A idéia do ministro era reduzir os despejos e assim diminuir a procura de moradia, pressionando os preços dos aluguéis para baixo. Mas o efeito contrário, pela retirada de imóveis para aluguel, e a pressão dos capitalistas ligados ao mercado imobiliário rapidamente fez o ministro voltar atrás. Novamente, quem paga aluguel foi prejudicado.

Mínimo a 100 dólares é descartado

O presidente Itamar Franco pretendia aproveitar a baixa do dólar para elevar o salário mínimo a 100 dólares e terminar seu mandato elevando o salário mínimo a esse valor, que corresponde a 85 reais. Trata-se de uma medida demagógica, que está a uma eternidade das necessidades das massas. O salário mínimo real teria que ser de mais de 750 reais para conseguir alimentar e manter quatro pessoas. Mas nem mesmo a miséria de 85 reais o governo quer pagar: a equipe econômica avisou Itamar que esse aumento do mínimo poderia quebrar a previdência e por isso era inviável. A essa gente pouco importa se um terço da população está na miséria com os 70 reais de mínimo. Garantem bilhões de lucros aos bancos credores da dívida externa, às custas de cortes na previdência, saúde, educação e moradia.

Mais medidas recessivas

Os assessores de Ciro anunciam o aumento do compulsório sobre em-

préstimos bancários. Essa é uma das medidas que ainda virão com o objetivo de conter o consumo até o final do ano. Certamente causará demissões na indústria e novamente se penalizará os assalariados.

A tendência geral é de crescimento da inflação em dezembro, por causa do aumento do consumo. Novamente o assalariado perderá, porque seu salário permanecerá congelado.

Unificar a tendência grevista

Os assalariados, em especial a classe operária, têm demonstrado descontentamento com o congelamento salarial e realizado greves combativas e radicalizadas por todo o país. Mas as burocracias dos sindicatos e das centrais sindicais têm dividido o movimento e impedido que essas lutas se chocassem abertamente contra o governo e o plano.

Esta colocada a defesa da campanha nacional de lutas, através da convocação de assembleias em todas as categorias e a formação de comandos unificados nacionalmente, para por abaixo o plano Real de fome, miséria, recessão e entrega nacional.

Nacional



INFLAÇÃO SOBE

Varição do índice de Preços ao Consumidor - em %

2º quad/out	1,99	O QUE PUXOU A ALTA	
3º quad	2,68	Alimentação	6,78
4º quad	3,17	Habitação	3,97
1º quad/nov	3,42	Transporte	0,28
		Despesas Pessoais	0,83
		Vestuário	1,06
		Saúde	1,38
		Educação	0,50

A disputa interburguesa foi acirrada

A conquista do maior número possível de governos estaduais é fundamental para os partidos influenciarem na política nacional do novo governo. Para o PSDB, é fundamental ganhar nos três estados industrializados (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), que comandam a economia do país.

No Brasil, dada a formação oligárquica da burguesia e os interesses regionais, os governos estaduais têm uma particular importância na luta de frações capitalistas. Em 17 estados, mais o Distrito Federal, a disputa se dá acirradamente, de forma que as alianças do 1º turno sofreram vários realinhamentos, conforme a situação das forças locais. Tais alianças, inclusive, foram responsáveis pela reversão do quadro eleitoral em muitos estados, a exemplo de Minas em que o candidato do PSDB alcançava apenas 27% dos votos no 1º turno e no 2º está para ganhar de Hélio Costa.

Alianças espúrias e corrompidas

Em São Paulo, principal estado da Federação, o candidato Mário Covas, do PSDB, obteve apoio do PT ao PPR de Maluf. No Rio de Janeiro, a disputa de Marcelo Alencar (PSDB) com Anthony Garotinho (PDT) dividiu a Frente

Brasil Popular: o PCdoB apóia o PSDB e o PT, o PDT. Em Minas Gerais, Eduardo Azeredo (PSDB) conta com o apoio do PT, PCdoB, contra Hélio Costa do PP, que nacionalmente compunha a Frente de Fernando Henrique Cardoso. No



Cardoso apoiou Buaiz do PT no ES

Rio Grande do Sul, o PSDB apóia a candidatura do PMDB, de Antônio Britto, contra o petista Olívio Dutra. O PPR se dividiu entre as duas candidaturas. No Distrito Federal, o PSDB e PMDB apoiam Cristovam Buarque do PT em disputa com Valmir Campeio (PTB), que também compunha a Frente Nacional de Fernando Henrique Cardoso. Enquanto o PSDB local apóia Cristovam Buarque, Fernando Henrique faz campanha pelo candidato do PTB. No Espírito Santo, o petista Vitor Buaiz recebeu apoio direto de Fernando Henrique. O candidato do PT aboliu a estrela do partido, ofereceu cargos e recebeu apoio de cerca de 10 partidos contra o Cabo Camata do PSD. O candidato sergipano Jackson Barreto do PDT é apoiado pelo PMN, PCdoB, PSB, PP e PT contra Albano Franco do PSDB, apoiado pelo PFL e PMDB. No Piauí, concorrem Francisco de Assis (Mão Santa) do PMDB, apoiado pela coligação "Resistência Popular" (PMDB, PCdoB, PPS, PDT, PMN) e conta com a simpatia do

PSB e PT e de Átila Lira do PFL. Em Santa Catarina, o candidato do PMDB Paulo Afonso recebeu apoio do PDT, PT, PSDB e parte do PFL. Concorre com Ângela Amin do PPR. No Pará, Almir Gabriel do PSDB se coligou com o PMDB e PP, contra Jarbas Passarinho do PPR, coligado com PCB, PCdoB e PSB. Roseana Sarney do PFL, no Maranhão, tem apoio de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e do PCdoB, contra Epitácio Cafeteira (PPR) apoiado pelo PT. Na Bahia, João Durval (PMN) tem apoio do PPR ao PT, concorrendo com Paulo Souto do PFL. Na Paraíba, Antônio Mariz (PMDB) tem apoio do PT e PSDB contra Lúcia Braga do PDT.

Esse quadro demonstra a inexistência de qualquer fronteira entre direita, centro e esquerda da política burguesa, anteriormente muito enfatizada pelos reformistas do PT e pelos estalinistas do PCdoB e PPS. As alianças e apoios podem ir do PT, PCdoB ao PPR. No fundo das alianças estão as disputas de cargos, o carreirismo político e a influência econômica das oligarquias regionais.

O PT se compromete até a alma

As alianças dos apodrecidos partidos burgueses oligárquicos não é estranha a ninguém. O que chama a atenção é a assimilação completa do PT dessa política corrompida da burguesia. O próprio PCdoB já havia demonstrado sua corrupção ao apoiar anteriormente Quércia, Fleury etc. Agora os estalinistas chegaram ao ponto de apoiar o coronel Jarbas Passarinho, homem da ditadura militar e inimigo mortal do comunismo. E que Jarbas Passarinho descobriu que o PCdoB nunca foi comunista; e o PCdoB descobriu que o Ministro da ditadura pôde se transformar em democrata. É a lei da dialética estalinista: a cobra vira lagarto.

O PT se lançou por detrás da aliança PSDB/PFL, com respaldo do PPR de Maluf, saindo em defesa ativa de Mário Covas. O apoio, a

Jackson Barreto (PDT), no Sergipe, é estarecedor. Esse político foi do PCB, passou depois pelo PMDB até chegar no PDT. Como prefeito de Aracaju (1988), foi acusado de corrupção, motivo que levou a intervenção no município. O PT foi um dos acusadores, juntamente com o ex-governador de Sergipe, Antônio Carlos Valadares do PP. Hoje, o PT e o PP apóiam o corrupto.

Em Minas Gerais, o vice de Eduardo Azeredo, Mares Guia

los éticos e moralistas do PT e PCdoB, mostra-se penetrada nessas correntes.

O 2º turno denuncia o quanto estão metidos no pântano da corrompida política capitalista. O "candidato operário" das esquerdas, Lula, é o maior defensor dessa prática aliancista. Em São Paulo, abriu as portas do ABCD para a politicagem do PSDB/PFL de Mário Covas. Só não vê seu apodrecimento quem não quer.

Cristovam Buarque se reuniu com os capitalistas de Brasília para lhes explicar que seu governo não seria só dos trabalhadores, mas também dos empresários. Qual o objetivo? Ganhar apoio do poder econômico! Também anunciou que fará uma política de convivência pacífica como Fernando Henrique Cardoso, o pai do Plano Real. Então, onde estão os "dois projetos antagônicos?" Vitor Buaiz vetou a presença de Lula no Espírito Santo porque perderia votos, enquanto que contava com Fernando Henrique Cardoso. Um de seus assessores explicou à imprensa que o Espírito Santo é um estado de colonização branca, numa clara discriminação a Lula. O mais a esquerda é Olívio Dutra. Pois bem, este fez de tudo para angariar apoio do PPR malufista. Mas o problema não se limita a essas características dos candidatos petistas. Ocorre que o PT e PCdoB, ambos da Frente Brasil popular, se colocaram abertamente por negociatas do "toma-lá-dá-cá". Mostraram à luz do dia toda sua corrupção e, portanto, o que farão quando forem eleitos.

O compromisso do PSTU com a Frente Popular foi até o fim e mostrou como os centristas acabaram por se contaminar com o reformismo apodrecido. Nem mesmo os 30 milhões de votos nulos, brancos, abstenções, que também repudiaram a demagogia da Frente Popular, do PT, PCdoB etc, demoveram o PSTU de mais uma aventura em nome da classe operária.



Lula levou Covas para caçar votos no ABC. O PT apoiou aqueles que o derrotaram no 1º turno. Não deixou de lado nem mesmo o PPR malufista, apoiado pelo PT no Maranhão.

(PTB), está sendo investigado por envio de dólares ilegal para o exterior. Francisco de Assis, apelidado de Mão Santa, foi da Arena, PDS, PPR e hoje concorre pelo PMDB. O PT assim mesmo apóia os candidatos do PSDB. No Maranhão, o diretório regional do PT aprovou o apoio a Cafeteira, antigo político construído pelo oligarca Sarney e agora adversário. Cafeteira pertence ao partido de Maluf, o PPR. O PCdoB, por sua vez, se colocou por detrás da Roseana Sarney, do PFL, apoiado por Fernando Henrique Cardoso.

Por seu turno, a direção do PT negociou apoio do PSDB e outros partidos a seus candidatos, a exemplo do Espírito Santo. Mesmo no Rio Grande do Sul, Olívio Dutra procurou atrair o PPR, que se dividiu. Os reformistas e estalinistas, com essa conduta pró-burguesa, se comprometem com todas as variantes da oligarquia. A política do "toma-lá-dá-cá", tão condenada pe-

PSTU mantém até o fim seu compromisso com a Frente Popular

No 1º turno, o PSTU explicava que se tratava de apoiar Lula. Este representava uma aspiração das massas e estavam em disputa dois projetos: o do grande capital, representado por Fernando Henrique Cardoso; e o dos trabalhadores, através da candidatura operária da Frente Brasil Popular. Já havíamos denunciado essa farsa. Agora, no 2º turno, ela ficou mais evidente. O PSTU levantou a bandeira de "voto nulo contra os patrões" e vote com o PSTU no Rio Grande do Sul, apoiando Olívio Dutra; no Espírito Santo, Vitor Buaiz; e no Distrito Federal, votando em Cristovam Buarque. Onde está a aspiração das massas pelas candidaturas operárias? Onde estão os dois projetos na disputa de Buaiz, Dutra e Buarque?

Poucos dias antes da votação,



A enorme disposição de luta dos trabalhadores

A política traidora das direções sindicais

As campanhas salariais do segundo semestre revelaram a disposição dos trabalhadores de arrancar do patronato e do governo as perdas obtidas com o Plano Real. Contrariaram o argumento das diretorias sindicais e das Centrais de que a classe operária e demais assalariados buscavam novas formas de luta e se opunham ao método da greve. Porém, ainda não foi suficiente para derrotar a política da burocracia sindical, oposta à unidade grevista. As greves por empresa ou por setor regional foram a tônica da mobilização. Ao invés de potencializar a disposição de luta, através da ação de massa do conjunto dos trabalhadores, as greves foram canalizadas e submetidas à decisão do TRT ou às negociações com o próprio governo. A decisão da greve metalúrgica do ABC seguiu essa trilha e serviu de exemplo para a burocracia de outros sindicatos.

A campanha dos Químicos e Plásticos

Desde o início do semestre, a direção vem prometendo a unificação da campanha salarial. A reivindicação central de reposição das perdas (acima de 100%) foi negada pelo patronato. Esse setor importante da classe operária não avançou na organização da greve. A proposta das direções foi realizar a "Marcha pela cidadania, salário e emprego", convocada pelo CUT no dia 25 de setembro.

As greves que surgiram foram por empresas e as negociações também se resumiram àquelas por fábrica. O que prova a demagogia das direções em relação à unidade grevista. Essa é mais uma greve abortada.

A greve no campo

Os cortadores de cana de SP, de 13 cidades, fizeram greves isoladas. O objetivo era forçar as usinas a conceder 10% de aumento.

Os apanhadores de laranja, num total de 17 mil, paralisaram o trabalho. A reivindicação era de um piso de 180 reais e aumento no preço da caixa de laranja de 0,07 para 0,15. Os patrões recusaram a atender a reivindicação.

A greve andorinha dos metalúrgicos de São Paulo

Os metalúrgicos São Paulo, dirigidos pela Força Sindical, iniciaram uma greve por região. Um dia parou a Zona Sul, outro o interior, voltou para Guarulhos, retornou ao interior e assim por diante. A reivindica-

ção era de 69,69%. A Fiesp ofereceu unicamente o índice do governo. O que significava nenhum reajuste, pois a maioria das empresas havia concedido antecipações salariais.

O resultado desse novo método de greve foi desastroso para a classe operária. A Força Sindical se aliou à CUT e ambas as Centrais defenderam até a exaustão essa farsa de greve. O movimento foi suspenso e os trabalhadores obtiveram um insignificante reajuste devido aos descontos das antecipações.

Greve relâmpago dos têxteis

A direção do sindicato dos têxteis, ligado à Força Sindical, vem desde o final de agosto ameaçando com greves por empresa. Na TDB, inventou uma greve relâmpago no mês de agosto. O resultado foi desastroso, pois, sem conseguir forçar nenhuma negociação, acabou suspendendo imediatamente o movimento. É claro que isso só contribuiu para aumentar a desconfiança dos trabalhadores para com o sindicato. Na Vicunha, houve a paralisação de duas seções.

Esse lenga-lenga da burocracia sindical se arrastou até o mês da data-base. As assembleias não têm sido massivas, capazes de impor a vontade da classe. Prevalece a política da burocracia, onde o discurso varia dependendo do número de operários presentes. Chegou até ao ponto de aprovar a bandeira de "preparar a greve" ou de se realizar uma greve relâmpago. Essa demora da burocracia em organizar o movimento grevista é a prova que fará de tudo para amortecê-lo.

A reivindicação de reposição de 68% das perdas salariais, certamente será trocada pelo índice oficial de reajuste, conforme dita o Plano Real. A política dos dirigentes dos têxteis é esperar que os movimentos grevistas de outras categorias se apaguem para pôr fim à campanha salarial desse ano.

Greve dos condutores



A greve dos condutores de São Paulo surpreendeu até os dirigentes. A paralisação de 80% da frota foi de imediato. Os patrões iniciaram as demissões. Estimam-se 600 demissões, no segundo dia de greve. O TRT julgou a greve abusiva e também julgou impropriedade a reivindicação de 15,67%. A partir daí os sindicalistas trataram de suspender imediatamente o movimento, com o argumento de que se não cumprissem a volta ao trabalho ficaria sem validade o acordo de recontra-

tação dos demitidos.

A greve dos condutores e cobradores de ônibus, que iniciou no dia 8 de novembro, durou apenas dois dias. Porém, revelou a disposição de luta dos trabalhadores em arrancar as perdas do Plano e quebrar o congelamento salarial que foi imposto.

Operação tartaruga dos metroviários

Quando os condutores paralisavam 80% da frota de ônibus na cidade de São Paulo, a burocracia dirigente do sindicato dos metroviários decidiu pela operação tartaruga fora do horário de pico. A reivindicação central era a reposição das perdas salariais.

A operação tartaruga não correspondia às necessidades de luta dos metroviários. Por outro lado, se constituiu numa forma de se manter isolado e, ao mesmo tempo, isolar o movimento dos condutores. A unidade de metroviários e condutores é fundamental para impor a vitória aos governos e ao patronato.

As greves quebravam o Plano Real ou o Plano quebrava as greves

O amplo quadro grevista, que não se limitou apenas a São Paulo, esteve em choque contra o Plano Real. A lei salarial embutida nele impede as reposições de perdas passadas, aumento real e reajuste fora da data base. Em sua essência, o Plano impõe o congelamento dos salários por um ano. Todas as greves ocorreram por reivindicações de reposição acima dos 15% previstos por lei.

A conduta do Ministro da Fazenda Ciro Gomes, vetando inicialmente o acordo dos metalúrgicos e exigindo a proteção dos capitalistas ligados ao setor de autopeças, foi de defesa do arrocho prescrito pelo Plano. Toda a grita da burguesia era de que as greves desestabilizariam o Plano, porque seria obrigada a repassar os reajustes aos

preços das mercadorias.

A burocracia sindical afirmava que não pretendia fazer das greves um instrumento de quebra do Plano. E que os patrões tinham condições de dar os reajustes sem repassarem. A Justiça do Trabalho estava instruída pelo governo a impedir qualquer negociação acima do estipulado em lei. Dessa forma, as reivindicações dos trabalhadores não poderiam ser atendidas sem uma luta firme e decidida contra o Plano. A burocracia dirigente, entretanto, estava por sustentá-lo. Entre proteger o Plano e unificar as greves, estava pelo primeiro. Eis porque sua ação política foi a de limitar o movimento por categoria, por fábrica e até por seção.

Um amplo movimento grevista que tinha condições para se confrontar com o Plano e arrancar suas reivindicações foi liquidado pela burocracia colaboracionista. As tendências instintivas de luta unitária dos explorados foram mutiladas e abafadas pelas direções traidoras. Entretanto, não houve nenhuma séria derrota do movimento operário, a não ser econômica. Logo mais, as massas sentirão os efeitos da elevação dos preços e do congelamento salarial.

A vanguarda precisa tirar a lição da jornada de luta de setembro a novembro, para se armar em defesa da unidade grevista do próximo ascenso. A bandeira de unidade operária contra o Plano Real e de campanha nacional de luta nos ajudarão a combater a burocracia divisionista, a burguesia e seu governo.

Nacional

Têxteis- São Paulo

Denúncia de repressão na Vicunha

Os companheiros da Vicunha trabalham sob severa pressão dentro da empresa. Muitos setores proíbem os funcionários de sair da seção sem autorização e até mesmo conversas com os companheiros.

No setor de tecelagem cinco máquina são movidas por apenas um operário. Aos sábados os operários da Vicunha saem de suas casas, pagam o transporte coletivo para trabalhar 4 horas. O trabalho nos fins de semana, além de desgastar fisicamente, tira o trabalhador do convívio de sua família.

Foi passado um abaixo-assinado, para eliminar as horas do sábado, os operários propuseram compensar as 4 horas do sábado durante a semana (fizeram até os cálculos: trabalhariam das 7 às 16:48 horas). em resposta, a Vicunha implantou a jornada de 5x1 e 6x2. Que levarão os operários não só a trabalhar aos sábados como também aos domingos. Essa é uma luta que devemos levantar. Para acabar com essa maracutaia propomos a forma-

ção da comissão de compensação de horas. Essa comissão eleita entre os operários de todas as seções e de todos os horários teria um mandato idêntico ao da diretoria sindical, com a mesma estabilidade e teria a função de discutir com a empresa justamente a duração do horário de trabalho de cada turma e de cada seção.

Outro descaso aos problemas que atingem os trabalhadores da Vicunha é a obrigatoriedade de marcar o cartão de ponto no horário do almoço. A chapeira fica localizada do lado oposto ao refeitório e o pessoas (como da oficina elétrica) tem que fazer o trajeto de ida e volta perdendo tempo de seu horário de descanso. Muitas fábricas, por lei federal, não utilizam mais o relógio de ponto no almoço.

Companheiros, a simples denúncia não basta. É preciso organizar a luta no interior da fábrica, para arrancar dos patrões essas nossas reivindicações.



Movimento Operário

Ao apagar das luzes do governo...

Fleury tenta privatizar as estatais paulistas

Com a desculpa de cobrir o déficit do Tesouro do Estado, que foi crescendo desde o início de seu mandato, para alimentar a corrupção e agradar seus parceiros políticos, Fleury propõe em caráter de urgência-urgentíssima à Assembléia Legislativa a aprovação de dois projetos de Lei nº 524 e 568.

O projeto nº 524 propõe a alienação (venda) de 1/3 das ações ordinárias da Eletropaulo, de propriedade da Fazenda do Estado (4,9 bilhões de ações). Já o projeto 568 propõe a criação do Programa Estadual de Privatização (PEP), que afetará as estatais, as autarquias e até mesmo os órgãos públicos de administração direta.

Diante disso, os sindicatos ligados a essas empresas, como o dos eletricitários de SP, eletricitários de Campinas,

metroviários, Federação dos Trabalhadores Ferroviários, Federaluz, CUT etc, formaram o Comando de Defesa do Patrimônio Público, que segue a mesma linha do Comando de Defesa da CMTC. Isto é, não faz senão atividades corporativas com as categorias atingidas e pressionam os deputados apelando para o seu bom senso. Como se os deputados não fossem os representantes dos suga-saugue, que querem as estatais a preço de banana.

Uma verdadeira luta contra a privatização das estatais só pode ser alcançada com a mobilização unitária dos trabalhadores dessas e de outras categorias, a criação de amplos comandos de mobilizações, eleitos em massivas

assembléias inter-categorias e lançar a palavra de ordem de defesa das estatais, para mobilizar a classe operária.

Não aos comandos de cúpula!

Organizar a luta conjunta contra a privatização!

QUEM QUER COMPRAR O SETOR ELÉTRICO

- Os consórcios
 - Banco BBA/Banco BFC/Cataguazes-Leopoldina e Southern Electric
 - Bank of America/Nomura Securities/Banco Liberal
 - Banco Graphus/Chase Manhattan/Unibanco/Houston Energy/Jorge Queiroz
 - Banco Francês e Brasileiro/ Eléctricité de France
- Os que vão se associar
- Banco Pactual
 - Banco Garantia
 - Citibank
 - Bozano, Simonsen
 - Banco Nacional/Nacional Energética

Diadema

Repressão sobre Vila Socialista

O governador Fleury resolveu proibir as assembléias no interior da Vila Socialista. Ocorre que estas têm servido de instrumento coletivo para pressionar o governo a cumprir os acordos e para combater a corrupção que se instalou no interior da Vila Socialista. Os aproveitadores procuram fazer dos apartamentos como meio imobiliário de compra e venda. Uma parte das lideranças, despolitizadas e empobrecida, se corrompeu, servindo aos interesses do governo, que tudo tem feito para quebrar as conquistas dos sem-teto, que enfrentaram as forças políticas e inclusive deram a vida em defesa da terra.

As assembléias os tem denunciado, rebatido e fortalecido as posições dos trabalhadores comprometidos com a luta. Dessa forma, os corruptos procuram a convivência com o governo para proibir as assembléias no interior da Vila Socialista. De nada valeu a proibição. Elas foram transferidas para a rua e continuam o combate.

O movimento Socialista pela terra aguarda a posse do novo governo, que provavelmente será Mário Covas, do PSDB, para ir ao Palácio exigir terra, teto e melhoria das condições de vida. É através da luta e do trabalho da militância consciente que expulsaremos os corruptos e elevaremos a organização independente das massas.

Fora com proibição do governo!

Fora com os corruptos!

Organizemos o movimento dos sem-teto!

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO
PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970



Prossegue a ação do exército sobre o Rio

Fora a intervenção militar!

Fora dos morros a polícia e o exército!

Comitês de autodefesa para enfrentar a repressão militar e o narcotráfico!

Começou a ação do exército no Rio. O Comando Militar assumiu o comando sobre a polícia e afastou oito delegados suspeitos de envolvimento com o tráfico e a contravenção. Entre eles: Hélio Vígio, há 30 anos na polícia e ex-dirigente da Divisão Anti Seqüestro; Luís Mariano, ex-comandante do Departamento-Geral de Polícia Especializada (DGPE), o mais importante da Polícia Civil, com 1200 homens e dezenas de delegacias; Osmar Saraiwa, há 35 anos na polícia, ex-comandante do DGPE e recém nomeado para a Divisão Capturas da Polinter. Como se vê, a ligação da polícia com o crime se dá desde a alta cúpula.

No último dia 13, policiais militares e soldados invadiram duas favelas, uma em Bonsucesso e outra em Duque de Caxias. Na primeira favela, buscava-se o paiol do traficante *Uê*, numa operação que contou com a colaboração de 15 agentes do exército infiltrados na favela, não se sabe há quanto tempo. Nenhuma arma foi apreendida no local, mas quatro homens foram presos e liberados em seguida.

A resposta dos traficantes foi a realização de uma blitz na Tijuca, à procura de militares ou policiais nos ônibus e carros, que foram parados e revistados pelos criminosos.

No domingo, o exército prendeu 50 torcedores nas proximidades do Maracanã, e mais 3 menores suspeitos de furto.

Mais duas pessoas morreram atingidas por balas perdidas em troca de tiros entre polícia e narcotraficantes, uma delas grávida de três meses. Os dados apontam que morre mais gente no Brasil nos confrontos polícia/criminosos que na guerra da Bósnia.

Os patrões do narcotráfico podem defender-se com o aviso antecipado das ações repressivas. A repressão vai recaindo sobre a população empobrecida. A burguesia marginal que se enriquece com o narco-

tráfico continua a salvo. O imperialismo americano mantém a pressão para que o governo contenha a qualquer custo o tráfico de drogas.

O que está por trás da intervenção militar

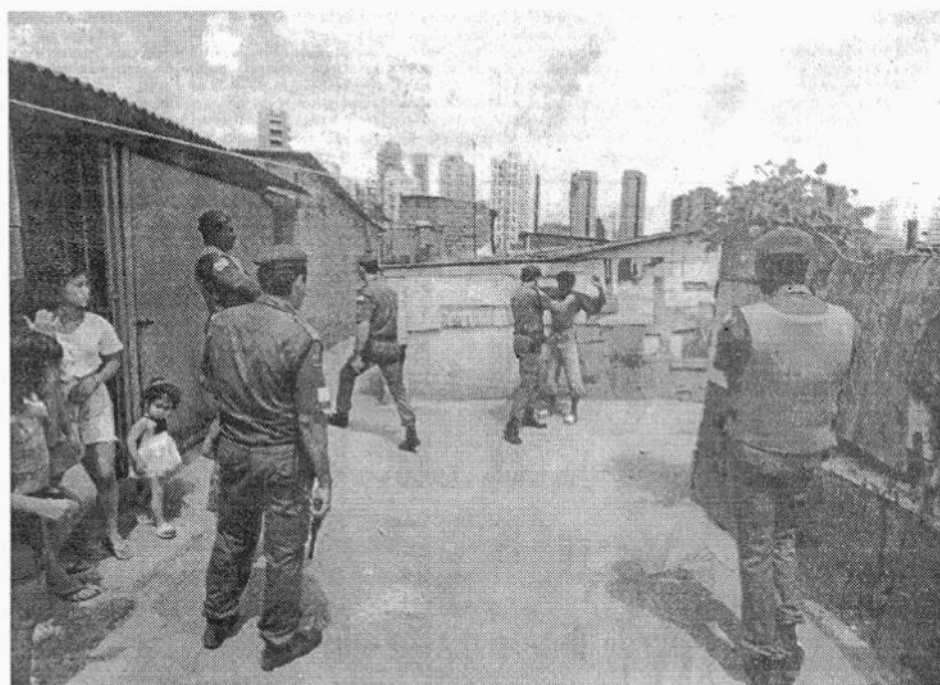
Os acontecimentos do Rio não são fatos localizados. A expansão do narcotráfico e seu crescimento nas favelas está ligado à crise econômica e social. Um setor da burguesia torna-se narcotraficante e obtém grandes lucros com uma mercadoria de alto valor e que não recolhe impostos. A população desempregada e sem perspectivas é empurrada a trabalhar para os narcotraficantes e passa a depender deles economicamente e até quanto à segurança. Os morros do Rio tornam-se locais favoráveis à expansão do tráfico, pela miséria concentrada. Os baixos salários dos policiais facilitam a corrupção pelos traficantes. Em pouco tempo, o narcotráfico passa a exercer uma espécie de duplo poder com o Estado nas regiões sob sua influência. Um setor minoritário e marginal da burguesia passa a disputar o poder com o Estado burguês.

O imperialismo americano exige a

repressão ao narcotráfico e ao contrabando (principalmente de armas), porque vê milhões e milhões de dólares deixando os Estados Unidos ilegalmente e porque cresce a decomposição da sociedade com o vício dos filhos da burguesia pelo narcotráfico. A pressão americana sobre o país releva e aumenta a opressão nacional.

O governo brasileiro, submisso à pressão norte-americana, intervém militarmente e utiliza-se da questão do narcotráfico para aumentar a repressão sobre as massas. A ação do exército é um primeiro passo, já se articulam novas ações. A polícia de São Paulo também já começou a agir e invadiu duas favelas na mesma semana que o exército começou a agir no Rio. Entrou em todos os

Denúncia



A PM de São Paulo invadiu favelas e também reprime os trabalhadores

barracos e revistou moradores. Permaneceu nelas por 5 e por 3 horas. Não prendeu nenhum narcotraficante ou contrabandista de armas. Mas intimidou e ameaçou moradores.

Lutar conta a opressão

As massas empobrecidas estão oprimidas entre a repressão policial militar e o jugo dos narcotraficantes. A maneira de se defenderem é a formação dos comitês de autodefesa,

como fazem os sem-teto e sem-terra para enfrentarem a repressão. O auto-armamento é a única maneira de se verem livres das duas formas de opressão. Mas é preciso ir além e enfrentar a causa dessa situação: a miséria causada pela crise capitalista, descarregada sobre as massas. É preciso levantar um conjunto de reivindicações de defesa da vida das massas que garanta sua sobrevivência. Exigir um salário mínimo real, capaz de sustentar de fato as famílias de trabalhadores e emprego para todos. Exigir a reposição das perdas salariais e o reajuste automático de acordo com a inflação. Exigir do esta-

do a garantia dos serviços sociais para todos (saúde, educação, previdência etc.).

Cabe às organizações de massa levantarem a luta contra a opressão nacional e social. A CUT, os sindicatos, a UNE, os movimentos populares etc. devem exigir o fim da intervenção do exército sobre o Rio, fora a polícia e o exército dos morros e organizarem a luta nacional de massa pelas reivindicações mais sentidas das massas por salário, emprego etc. Calar-se diante de uma situação como essa é aceitar a submissão do país ao imperialismo e a descarga da crise econômica sobre a população empobrecida.

Professores SP

Debate sobre o Plano Decenal

Foi realizado, no dia 12 de novembro, um debate sobre o Plano Decenal. A Corrente Proletária na Educação apresentou os principais pontos das metas globais contidas no Plano. Destacando: 1) o Plano como imposição dos organismos imperialistas (Unicef, Unesco e Banco Mundial); 2) A submissão governo brasileiro aos objetivos traçados pelas metrópoles credoras; 3) a farsa da erradicação do analfabetismo, evasão e repetência; 4) a demagogia da proposta de restabelecer a dignidade do professor.

A discussão teve como centro mostrar a inviabilidade do regime burguês em solucionar os graves problemas educacionais. As reformas propostas, como o Plano Decenal, não tocam na raiz de tais problemas. Isso porque se assentam na sustentação do sistema capitalista em desagregação. O alto índice de analfabetismo e a

grande evasão escolar têm como causa a extrema miséria que assola a família trabalhadora. O fato da burguesia ser incapaz de impôr o salário mínimo real (750 reais), emprego a todos, saúde e moradia gratuitos revela a impotência dessa classe em resolver os problemas educacionais. Grande parte das crianças, desde cedo, é obrigada a compôr o salário familiar e, portanto, difícil-

mente permanecem nas escolas. As condições de existência as empurram sempre para fora. Portanto, não bastam decretos criando a obrigatoriedade do ensino. Por outro lado, o que se ensina nas escolas nada tem a ver com a realidade. Isso leva necessariamente à repetência ou ao abandono de uma parte das crianças e adolescentes.

Outro ponto da discussão foi a capitulação das direções sindicais, que participam do Conselho consultivo e assinaram o acordo nacional de piso de 300 reais, por 40 horas de trabalho docente. Discutiu-se as propostas do PT para a educação, contidas no documento da Frente Brasil Popular, onde não diz nada que contraria o Plano Decenal, que tem como eixo a privatização do ensino. Ao contrário, propõe ampliar algumas migalhas para a escola pública. O mais grave é a sua concordância com a existência e a proliferação da rede privada de ensino. Chega propor que haja um controle sobre tal ensino. A colaboração do PT com as propostas da burguesia tem sido muito grande, nesse caso é descarada.

Por fim, a Corrente Proletária destacou a defesa da escola única, ou seja, a existência de um único sistema de ensino, financiado pelo Estado e com total autonomia. Colocou-se claramente pela expropriação da rede privada e na defesa intransigente das reivindicações elementares da classe, como o salário mínimo real (de 750 reais por 20 horas semanais), reposição de todas as perdas salariais, educação gratuita a todos etc. A luta por tais reivindicações empurrará uma parcela de trabalhadores em educação e alunos para a estratégia da revolução proletária. A destruição do regime capitalista e a implantação do socialismo é a via para erradicar o analfabetismo, evasão e todos os males causados pela exploração do trabalho.



Adquira com o distribuidor deste jornal:



R\$ 1,00

Eleições no DCE-USP mantêm PT na direção

As eleições realizadas nos dias 9 e 10 de novembro passado contaram com um número maior de votantes que as anteriores. O total de votos foi superior a 4 mil, apesar de algumas urnas terem sido impugnadas, reduzindo o número de votos apurados para 3846 votos.

Concorreram 2 chapas: uma da situação, dirigida pelo PT e outra formada por 48 alunos da Faculdade de Economia e Administração. A verdade é que só concorria de verdade uma única chapa, porque a chapa da FEA não fez campanha, não fiscalizou as eleições, não fez nada. O resultado: situação (Ó u auê aí ô): 3224; FEA (Pra que descer o é?): 308; brancos: 92; nulos: 222. Note-se que a soma de brancos e nulos supera a votação da chapa da FEA.

O que defendeu cada chapa

A chapa petista defendeu a continuidade da gestão "Gente é pra brilhar", contando com alguns membros da atual direção. Significa que defende a política de paralisia do movimento e limitada às negociações com a burocracia universitária. Foi isso o que a gestão anterior do DCE fez. Um exemplo disso foi a atuação durante a greve dos professores e funcionários, quando o DCE negou-se a convocar uma assembléia geral de alunos para que estes pudessem dizer o que pensavam, e só convocou o Conselho de Centros Acadêmicos sob pressão da assembléia dos funcionários, que exigia uma posição dos alunos. Essa direção não está sujeita à pressão dos alunos, mas está submetida às pressões dos aparatos da burocracia, do parlamento e das entidades.

Outro exemplo disso foi a posição de apoio à candidatura de Miriam Krasilnik para a vice-reitoria. O argumento de que havia uma polarização e por isso era preciso apoiar quem estava mais à esquerda é falso. A própria candidata, em carta aberta ao DCE, reafirmava seu compromisso e apoio total ao reitor Fava de Moraes. A polarização só existia na cabeça dos reformistas. Outro caso seria se essa ou outra candidatura estivesse expressando um confronto da comunidade universitária contra o neoliberal Fava e Fleury. O confronto poderia estar se expressando na eleição do vice-reitor e estaria colocada a possibilidade de frente contra Fava. Mas não foi isso que aconteceu. Os reformistas apoiaram um setor da burocracia contra outro. Nos 10 primeiros dias da greve, apostaram tudo na possibilidade de mediação da vice reitora "progressista", e se deram mal.

Nas eleições para Representante Discente da USP, defenderam como ponto principal de seu programa a "estatuinte já". Trata-se da proposta de negociar com a burocracia a reforma do estatuto da universidade submetendo-o a essa mesma burocracia. Nenhuma mudança substancial favorável aos alunos e ao ensino virá da burocracia universitária, que só tem interesses de casta, ligados umbilicalmente ao governo destruidor do ensino.

A defesa dessa gestão significa para a nova direção a falência prematura e a paralisia anunciada do DCE.

A chapa laranja da FEA

A chapa montada na FEA tinha um caráter de protesto pela direita. O Centro Acadêmico da FEA foi aquele que atacou os estudantes do Crusp que invadiram o bandeirão para conseguir comida durante a greve, chamando-os de ladrões. Foi também aquele que votou contra o aumento das moradias estudantis em um CCA. É um aparelho

controlado pela direita estudantil, ligada ao PSDB, à reitoria e ao governo. Defendeu na eleição o fechamento do DCE até às próximas eleições, o que seria ótimo para o reitor: facilitaria-lhe a vida para continuar sucateando a universidade.

O baixo número de votantes na FEA (cerca de 200) mostra que nem a situação reformista nem a oposição direitista têm base de apoio entre os estudantes ali.

O baixo número de votantes

Apesar do número total de votos ter crescido, é importante notar que essa votação se concentra onde o reformismo tem alguma base real de apoio: Psicologia, Medicina e Biomédicas, Letras, Pedagogia Politécnica e Física. Somadas, essas escolas perfazem um total de 2007 votos, mais da metade do total. Nas outras unidades, a votação foi muito pequena. Mesmo na Pedagogia, base do reformismo, só 128 votos.

O desinteresse da maioria dos 40 mil estudantes da USP (pelo menos 20 mil que efetivamente estudam) deve-se à paralisia do DCE e a ausência de uma corrente estruturada (o POR é embrionário) que chamasse efetivamente a luta contra o sucateamento da universidade.

A responsabilidade do PSTU

O PSTU teria condições de chamar a formação de uma chapa frentista de oposição ao reformismo. Mas recusou-se a isso. Na verdade, tentou uma composição com os petistas, mas foi rejeitado. Ficou sem posição nas eleições, a pior situação possível. Sequer pôde chamar o voto nulo contra aqueles com quem quis compor mas foi rejeitado.

A política do PSTU de seguir o PT foi aplicada no movimento estudantil como nas eleições gerais e resultou num fiasco ainda maior. Nada podia ser pior para uma corrente exitista que esse rotundo fracasso.

Os militantes de base o PSTU precisam questionar a direção responsável pelo seguimento ao reformismo a partir da compreensão da política equivocada aplicada.

Falta a corrente proletária estruturada

O movimento estudantil, que se expressou limitadamente na greve dos professores em algumas unidades, precisa construir uma direção capaz de expressar a necessidade da luta contra o sucateamento do ensino público. A tarefa é a construção de uma corrente proletária que seja capaz de organizar a mobilização estudantil para enfrentar o sucateamento.

O caminho está aberto, porque há descontentamento com o reformismo e os ataques ao ensino continuam.

OPCAPE
Educação



Derrota de Clinton favorecerá ataques aos imigrantes

Os americanos votaram no dia 8 de novembro contra a política centralista e de aumento de impostos de Bill Clinton. O partido de Clinton foi derrotado em todos os níveis: perdeu uma maioria na Câmara Federal de mais de 40 anos, perdeu maioria no Senado, perdeu as eleições para governador em 30 dos 50 estados americanos. Os eleitores deram um não às exigências do governo de aumentar impostos e centralizar a assistência previdenciária. E disseram um sim à linha re-

publicana de investimento em armamentos para reativar a economia, redução de impostos e corte de benefícios sociais aos imigrantes. No estado da Califórnia, chegou-se a aprovar uma lei que proibia a educação, saúde e assistência aos imigrantes ilegais. Trata-se de uma lei discriminatória, com traços racistas, que recai sobre dezenas de milhões de habitantes nos Estados Unidos.

O desgaste de Clinton reflete a incapacidade do governo para contornar a crise econômica, que atinge também o maior país imperialista. O setor mais direitista da burguesia imperialista aponta para o ataque aos imigrantes como solução imediata.

Conseguiu impor-se ao Partido Democrata de Clinton, mas certamente não será capaz de tirar o país de uma crise mundial. Tudo indica que a crise política se agravará. Os republicanos tendem a pressionar o governo para uma maior intervenção externa, o que é ruim para a esmagadora maioria dos países do planeta, submetidos à opressão imperialista.

Contra o avanço iminente da opressão nacional, trata-se de organizar a luta nacional de massa contra a opressão nacional, que se traduz na linha neoliberal de destruição das forças produtivas e entrega nacional.

Novo protesto na Itália contra Berlusconi

Mais de um milhão e meio de italianos saíram às ruas no dia 13 de novembro para protestar contra o governo direitista de Silvio Berlusconi, que pretende cortar 6,5 bilhões de dólares da previdência.

A aplicação do neoliberalismo ocorre também nos países imperialistas. O corte de orçamentos nos serviços sociais tem por objetivo criar condições aos governos de sustentarem a especulação financeira parasitária e subsidiar os capitalistas em dificuldades. Os governos cortam o dinheiro da previdência e serviços sociais (educação, saúde, moradia etc.) para entregarem aos parasitas capitalistas. Quem paga a conta são os



assalariados, que pagam os impostos e ficam sem assistência pública.

A luta das massas ainda esbarra nas direções estalinistas ou sociais democratas, que procuram limitar a insatisfação dos assalariados a protestos de pressão sobre o parlamento. A insatisfação precisa romper o bloqueio da burocracia sindical e avançar para a luta de massa grevista que se choque abertamente contra o governo e a burguesia. O avanço da luta de classes e a impossibilidade de uma saída reformista na situação favorecem a criação de ten-

dências revolucionárias, que, se alçadas a partido, poderão conduzir o enfrentamento a um patamar revolucionário.

Iraque cede às exigências americanas sob influência russa.

Fora o imperialismo do Iraque!

O chanceler russo Andrei Kozirov conseguiu parte do que queria: convenceu o governo iraquiano a reconhecer a soberania do Kuwait e ainda lhe concedeu uma faixa de 600 metros de fronteira que estavam em disputa. A idéia de Kozirov era fazer com que a atitude iraquiana fizesse a ONU baixar as sanções ao Iraque, especialmente a venda de petróleo. O interesse russo era criar as condições para que o Iraque pudesse lhe pagar pelos 7 bilhões de dólares em armas devidos, através da venda de petróleo.

Mas o imperialismo americano quer mais. Quer controlar completamente o Iraque (ocupa o norte e o sul do país desde a Guerra do Golfo), para com

isso controlar o fornecimento de petróleo da região.

O fracasso do plano russo serviu aos interesses do imperialismo americano. A burocracia vendida não se poupou ao papel de agente direto do imperialismo americano no Oriente Médio. Conseguiu que Saddam Hussein cedesse muito a troco de nada.

O episódio mostra também que a burguesia iraquiana é incapaz de enfrentar conseqüentemente a opressão nacional. São as massas mobilizadas que podem lutar contra as garras dos americanos. Cabe aos oprimidos do mundo todo se solidarizarem com os iraquianos e defenderem a expulsão incondicional do imperialismo americano.

